

GT 1 - ESTADO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Política de conservação ambiental e os povos do lugar em Minas Gerais e Paraíba¹

Rômulo Soares Barbosa²
Felisa Cançado Anaya³
Daniel Coelho de Oliveira⁴
Mário Marcos do Espírito Santo⁵

Resumo

Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa intitulada Populações tradicionais e unidades de conservação em Florestas Tropicais Secas: conflitos socioambientais em uma perspectiva comparativa no Brasil, realizada no âmbito da Rede Temática de Pesquisa Biodiversidade e regeneração natural em florestas tropicais secas brasileiras⁶. A pesquisa está sendo desenvolvida em Minas Gerais nas mesorregiões Norte (Alto médio São Francisco) e Central (Serra do Cipó) e na Paraíba no entorno do Parque Estadual do Pico do Jabre, na microrregião da Serra do Teixeira, no Sertão Paraibano e tem por objetivo analisar os conflitos que envolvem a criação de unidades de conservação e os povos destes lugares. Neste artigo são analisadas as mesorregiões Norte de Minas e Sertão Paraibano.

Palavras-Chave: conservação ambiental, conflitos ambientais, povos do lugar

¹ Trabalho apresentado no GT 1 – Estado, Planejamento e Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional – II SEDRES, Campina Grande (PB), de 13 a 15 de agosto de 2014.

² Doutor em Sociologia. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros-MG. Pesquisador da Fapemig. E-mail: romulosoaresbarbosa@gmail.com

³ Doutora em Sociologia. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros-MG. Pesquisadora da Fapemig. E-mail: felisaanaya@gmail.com

⁴ Doutor em Sociologia. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros-MG. Pesquisador da Fapemig. E-mail: daniel.coelhoo@yahoo.com.br

⁵ Doutor em Ecologia. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros-MG. Pesquisador do CNPq. E-mail: marioesanto@gmail.com

⁶ Agradecimentos à FAPEMIG e ao CNPq.

Introdução

O presente artigo resulta de pesquisa sobre conflitos ambientais realizada no Norte de Minas Gerais e no Sertão Paraibano. Especificamente o trabalho foi desenvolvido no entorno das unidades de conservação ambiental de tipo integral nas planícies do alto-médio São Francisco mineiro e no entorno do Parque Estadual do Pico do Jabre, na Serra do Teixeira, Sertão Paraibano.

No Norte de Minas Gerais foram analisados o contexto sócio-econômico da região e a sua história de ocupação e políticas de desenvolvimento. Foram examinados os processos que possibilitaram a construção de um movimento social e político de reivindicação territorial específico no Norte de Minas, denominado por seus atores de “Vazanteiros em Movimento”. Constituído pelas comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha.

No Sertão Paraibano foram realizadas entrevistas com organizações da sociedade civil, lideranças locais, gestores públicos municipais e de órgãos públicos estaduais nos municípios de João Pessoa, Patos, Maturéia e Mãe d’água. Também foram feitas incursões para observação direta no complexo da Serra do Teixeira, especialmente, no Parque Estadual do Pico do Jabre e no seu entorno.

Caracterização histórica e socioeconômica

O Norte de Minas Gerais possui uma área equivalente a 128,5 mil Km², com população total de 1.610.413 habitantes, sendo que 69% destes residem no espaço urbano e 31% no rural, num total de 89 municípios. O Sertão Paraibano está circunscrito em uma área de 22,7 mil Km², com população total de 863.178 habitantes, sendo que 66% destes residem no urbano e 34% no mundo rural. São mesorregiões com expressivos contingentes rurais, sendo que a média nacional é de 84% de população urbana e 16% de população rural. (IBGE, 2010). A população norte mineira corresponde a 8% da população total do Estado, sendo que para o Sertão Paraibano este índice é de 23%.

As linhas do tempo, expressas nas Figuras 1 e 2 seguintes, demonstram aspectos marcantes na história regional do Norte de Minas e do Sertão Paraibano. O Norte de Minas Gerais teve sua ocupação colonial marcada pela chegada do bandeirante Matias

Cardoso ao vale do Rio Verde Grande, por volta de 1660. (COSTA, 2003). Já o Sertão Paraibano teve seu o início do processo de colonização associado ao período pós-domínio holandês em 1654. (GUEDES, 2006.)

Deve-se destacar, na história recente (segunda metade do século XX), a importância da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na indução de processos econômicos, via estímulos à industrialização e à modernização do campo nas duas mesorregiões. Nos anos 1960 a SUDENE teve papel protagonista, por meio de incentivos fiscais e de suporte ao financiamento público via fundos setoriais, na transformação da paisagem regional. Destacam-se o fomento ao empresariamento rural e à agroindustrialização com a implementação de perímetros de agricultura irrigada no Vale do Rio São Francisco em Minas Gerais, à pecuária de corte e à cotonicultura nas duas mesorregiões em análise.

NORTE DE MINAS – ALTO MÉDIO SÃO FRANCISCO

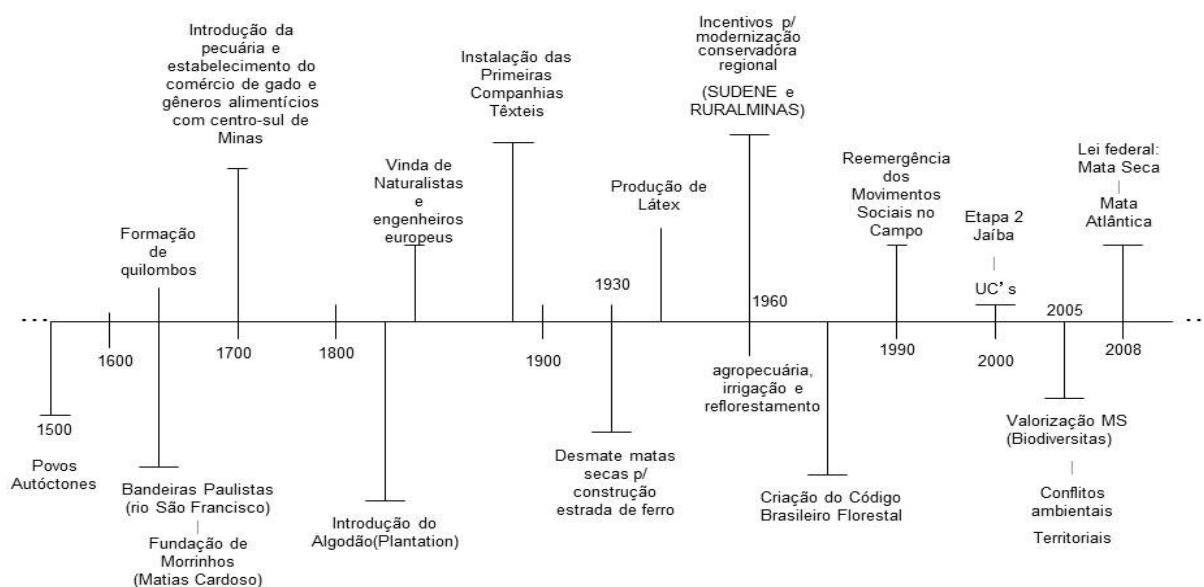


Figura 1: Linha do Tempo: fatos históricos na mesorregião Norte de Minas.
Fonte: Rede Matas Secas, 2014.

SERTÃO PARAIBANO

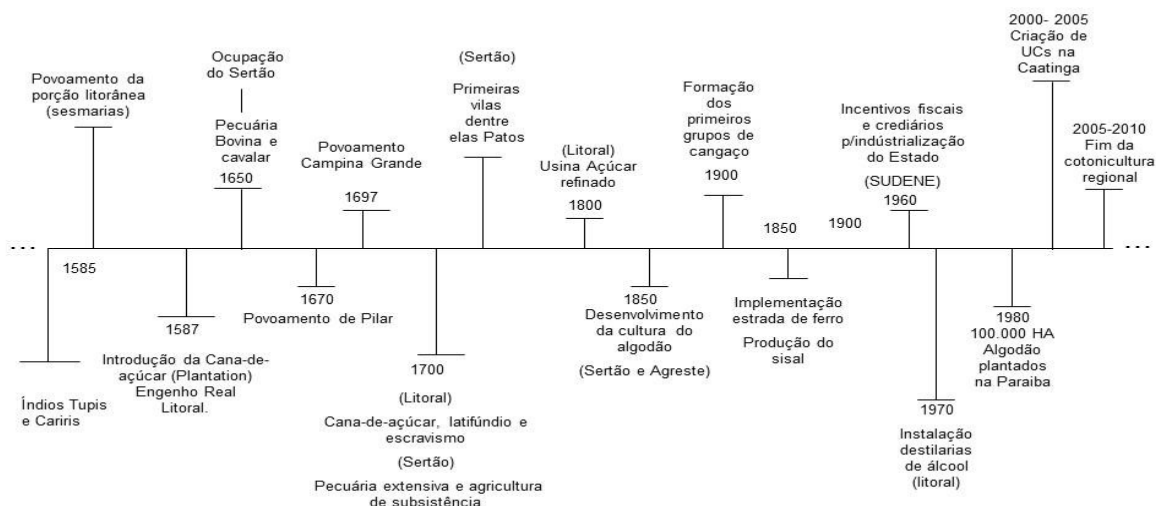


Figura 2: Linha do Tempo: fatos históricos na mesorregião Sertão Paraibano.
Fonte: Rede Matas Secas, 2014.

Este processo de modernização conservadora do campo resultou em intensificação da concentração fundiária, no uso intensivo de agroquímicos e no endividamento dos agricultores. Consolidou-se, por um lado, uma agricultura produtora de gêneros alimentícios para o abastecimento regional, especialmente, milho, feijão e mandioca, assentada em pequenos e médios municípios, e por outro, uma agropecuária fortemente estruturada em pastagens extensivas de gado bovino de corte, e no caso, do Sertão Paraibano uma expressiva ovino-caprinocultura.

No ano de 2011 o Produto Interno Bruto (PIB) do Norte de Minas e do Sertão Paraibano corresponderam, respectivamente, a R\$ 15 bilhões e R\$ 5,03 bilhões. A composição do PIB das duas mesorregiões permite observar que a estrutura da economia se fundamenta no setor de comércio e serviços, seguidos pela indústria e agropecuária. A média nacional do peso relativo da indústria na composição do PIB é de 28%, em Minas Gerais 33% e na Paraíba 21%. Já o setor agropecuário nacional corresponde a 5%, em Minas Gerais 9% e na Paraíba 4%. (IBGE, 2011). Pode-se observar que a atividade agropecuária nas duas mesorregiões registra índice de composição relativa do PIB superior às médias dos respectivos Estados e da média nacional. Percebe-se, ainda, que

os setores da agropecuária e da indústria apresentam peso relativo maior no Norte de Minas Gerais.

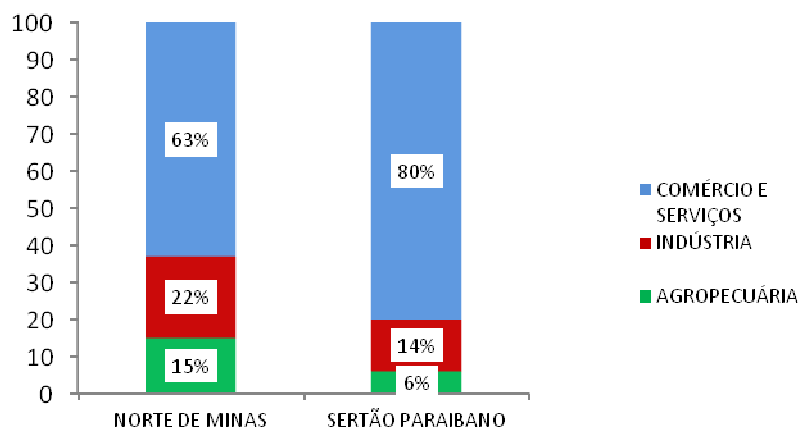


Gráfico 1: Produto Interno Bruto Por Setores, 2011.
Fonte: IBGE, 2011.

Conforme o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), as áreas destinadas às Pastagens nos estabelecimentos agropecuários representavam 48% no Norte de Minas Gerais e 49% no Sertão Paraibano, sendo que as Lavouras ocupavam 9% no Norte de Minas e 11% no Sertão Paraibano, as Matas e Florestas correspondiam a 42% no Norte de Minas e a 39% no Sertão Paraibano, naquele ano. (IBGE, 2006). No caso do Norte de Minas estima-se que em 2006 pelo menos 1/3 destas Matas e Florestas eram áreas com monocultura de eucalipto para a produção de carvão vegetal.

Nas pastagens que singularizam a paisagem das duas mesorregiões eram criadas em 2012, conforme a Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE, 3.220.228 e 336.776 cabeças de bovinos, respectivamente no Norte de Minas Gerais e no Sertão Paraibano. Deve-se destacar, ainda, 240.235 cabeças de ovinos e caprinos no Sertão Paraibano.

Outra característica marcante do processo agropecuário das duas mesorregiões é a história recente de produção de algodão herbáceo (Gráfico 2), seu apogeu nos anos 1980 e 1990 e o declínio associado à praga do bicudo-do-algodoeiro *Anthonomus grandis*. (Gráfico 2).

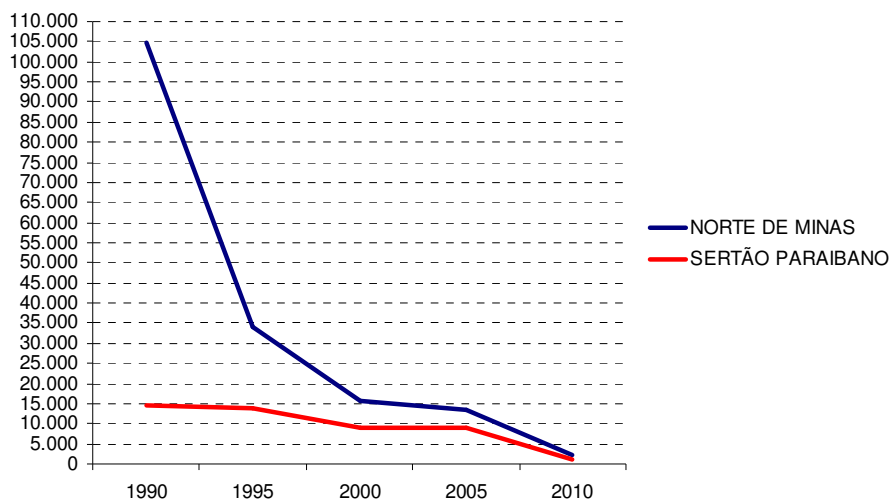


Gráfico 2: Evolução da área plantada com algodão herbáceo, 1990-2010.
Fonte: IBGE, 2010a.

A modernização do campo, levada a cabo nas duas mesorregiões em análise, sob a orientação da SUDENE, a partir dos anos 1960, contribuiu para a intensificação da concentração fundiária. Os estabelecimentos da agricultura familiar correspondem a 85%, no Norte de Minas e 86% no Sertão Paraibano e estão circunscritos a 15% áreas destinadas à agropecuária no Norte de Minas e a 14% no Sertão Paraibano.

	AG. FAMILIAR				AG. PATRONAL			
	NR.	%	ÁREA (HA)	%	NR.	%	ÁREA (HA)	%
NORTE DE MINAS	77.717	85%	1.754.232	30%	13.446	15%	4.183.268	70%
SERTÃO PARAIBANO	42.696	86%	749.769	48%	6.717	14%	813.872	52%

Tabela 1: Estrutura fundiária, 2006.
Fonte: IBGE, 2006.

A história recente da expansão da acumulação capitalista Norte de Minas Gerais e no Sertão Paraibano, que no mundo rural convencionou-se denominar de modernização conservadora do campo (DELGADO, 1985), trouxe-se enormes desafios à dinâmica da agricultura praticada pelos povos dos lugares, isto é, pelas comunidades rurais, famílias de agricultores, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária, dentre outros.

Nos últimos anos, principalmente a partir da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2000, ganharam destaque os estudos sobre os constrangimentos e expropriações decorrentes da criação de Unidades de Conservação, especialmente as do tipo proteção integral. Dessa forma, as políticas ambientais passaram a figurar no rol de preocupações dos estudiosos do mundo rural brasileiro. Assim, as contradições relativas à lógica da proteção ambiental revelam práticas expropriatórias incidentes, principalmente, sobre as dinâmicas locais de apropriação simbólica e material da agrobiodiversidade.

POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO NORTE MINAS E NO SERTÃO PARAIBANO

As figuras 3 e 4 seguintes possibilitam visualizar a distribuição espacial das unidades de conservação (UC) estaduais na Paraíba e em Minas Gerais sob o domínio estadual e federal. Em Minas Gerais pode-se observar a concentração de UCs na porção norte do Estado. No ano de 2010 as áreas destinadas à unidades de proteção integral e de uso sustentável no Norte de Minas totalizavam mais de 1.200.000 hectares, no Estado da Paraíba essas áreas somavam, no mesmo ano, mais de 96.000 hectares.

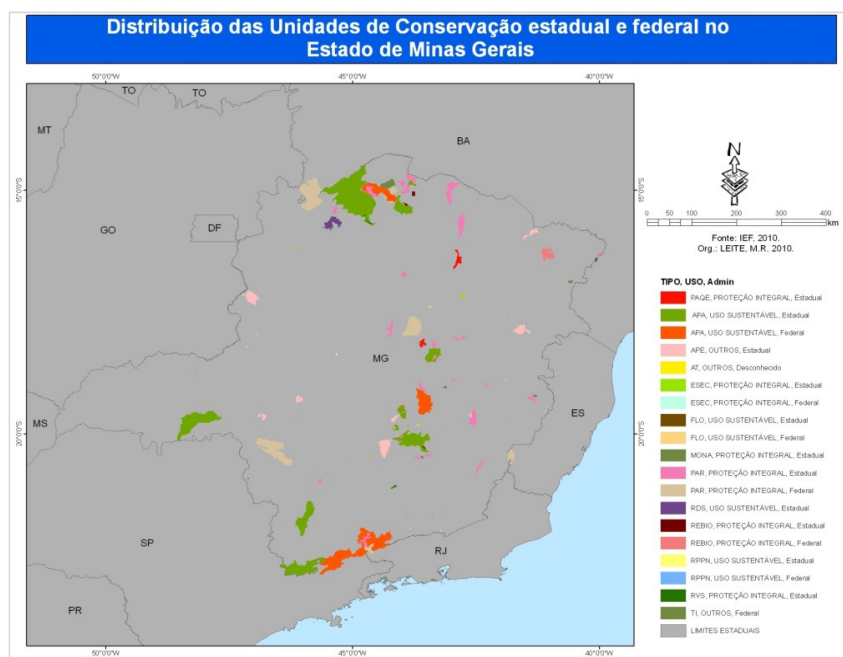


Figura 3: Unidades de conservação estadual e federal em Minas Gerais, 2010.
Fonte: IEF-MG, 2010.

O Norte do Estado de Minas Gerais caracteriza-se pela transição entre os biomas cerrado e caatinga, com uma diversidade de agroambientes: baixadas, planícies, planaltos, serras e sopés; e grupos sociais: vazanteiros, geraizeiros, caatingueiros e veredeiros, além de povos indígenas e comunidades quilombolas. Estes povos e comunidades tradicionais desenvolveram ao longo da história formas de apropriação simbólica e material dos agroambientes, construindo territórios como espaços de produção e reprodução de modos de vida culturalmente diferenciados. (DAYRELL, 1999; COSTA, 2003; OLIVEIRA, 2005; ARAÚJO, 2009; ANAYA, 2012;).

Essas unidades de conservação no Norte de Minas, nas planícies do Rio São Francisco, foram criadas, principalmente, como compensação ambiental à expansão do Projeto de Irrigação do Jaíba⁷, incidindo sobre os territórios tradicionalmente ocupados por comunidades de vazanteiros, quilombolas e ribeirinhos. Como exemplo deste cenário de injustiça e conflito ambiental (ACSELRAD, 2004; ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010), os parques estaduais Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca foram criados sobre os territórios das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha, respectivamente. (ANAYA, 2012).

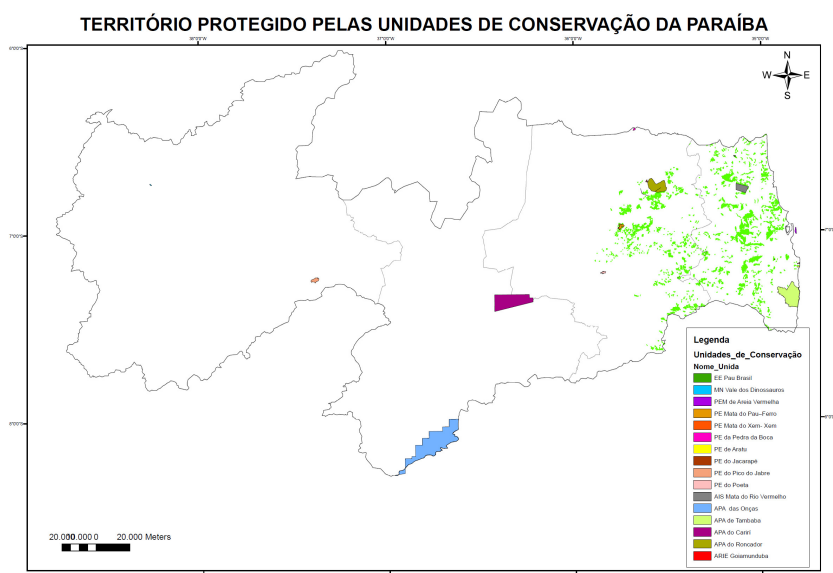


Figura 4: Unidades de conservação estadual na Paraíba, 2010.
Fonte: SUDEMA, 2010.

⁷ Localizado nos municípios de Jaíba-MG e Matias Cardoso-MG, o projeto de irrigação do Jaíba concebido nos anos 1970 e com implementação, a partir dos anos 1980, dividida em quatro etapas, com uma área total de 107.612,89 hectares, sendo 65.880,08 hectares irrigáveis.

No Estado da Paraíba observa-se que a política pública de proteção ambiental tem concentrado as unidades de conservação nas mesorregiões Mata, Borborema e Agreste. No Sertão Paraibano registra-se duas unidades de conservação: Parque Estadual do Pico do Jabre, com 851 hectares e o Monumento Natural Vale dos Dinossauros com 40 hectares.

Embora, diferentemente da mesorregião Norte de Minas Gerais, no Sertão Paraibano as Unidades de Conservação não se configurem conflitos ambientais decorrentes da expropriação de povos e comunidades tradicionais, a regularização fundiária é um aspecto fundamental.

O Parque Estadual do Pico do Jabre, na microrregião Serra do Teixeira, foi criado por meio do Decreto N.º 23.060, 19/06/2002 e a sua implementação tem sido objeto de percepção e avaliação divergentes entre agentes sociais locais. Organizações ambientais da região compreendem que a Serra do Teixeira, e não somente o Pico do Jabre, devem ser áreas convertidas em unidades de conservação. Segmentos ligados ao turismo no sopé do Pico entendem que a consolidação do Pico do Jabre como Parque implicará na intensificação da atividade turística regional.

Vejo no Pico do Jabre esse potencial turístico de abrigar pessoas de fora, lá existe o rapel, voos de parapente. Existem possibilidades de abertura e de turismo nesse aspecto. (Entrevistado A, nov./2013)

Nós só vamos prá frente se o Pico do Jabre for, enquanto parque, se ele não for eu vou ficar marcando o passo a vida toda e não vou sair do canto, porque é a única atração que nós temos é o Pico do Jabre, em termos de turismo. (Entrevistado B, nov./2013)

Por outro lado, representantes do poder público local apresentam refração à implantação de unidades de conservação na Serra do Teixeira e ao Parque Estadual do Pico do Jabre. Estes avaliam, em virtude da experiência brasileira de indenização de proprietários e regularização de direitos de comunidades rurais, que a criação de UCs tem implicado em expropriação.

Para consolidar tem que indenizar os proprietários, ninguém foi indenizado até agora. [...] Tem uma confusão entre os próprios proprietários lá, é disputa entre eles, tem muitos herdeiros e tudo mais, então o processo não foi para frente. E o Estado ficou esperando. Mais para o Estado tem na página da SUDEMA, Parque Estadual do Pico do Jabre. Mas se for puxar a rigor isso não tem nada, você vê lá a própria placa e a própria entrada do parque como está a situação. (Entrevistado C, em nov./2013)

Eles [os Parques] são muito agressivos no sentido da instalação deles. Desrespeito às comunidades locais, o passivo de indenizações do governo da União. De uma maneira geral hoje o passivo do ICMBIO com indenizações para as áreas desapropriadas para a criação de Parque Nacional é imenso. Anos e anos após desapropriações sem que se façam as indenizações. A comunidade fica impedida de fazer o uso da terra e não recebe a indenização por ela. (Entrevistado D, nov./2013)

De fato, a criação do Parque Estadual do Pico do Jabre ensejou para alguns setores a possibilidade de incremento da atividade turística regional e mesmo a possibilidade de expansão para o conjunto da Serra do Teixeira. Todavia, para outros a criação do parque traz riscos de expropriação fundiária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Norte de Minas Gerais os “Vazanteiros em Movimento” se originou com articulação política para a resistência ao processo de encurralamento e expropriação territorial decorrente da criação de Unidades de Proteção Integral (UPI's), na modalidade de parques, em seus territórios tradicionais. Assim, a criação dos Parques Estaduais Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca, condicionantes ambientais à expansão da etapa 2 do projeto de fruticultura irrigada Jaíba, evidenciou as contradições das políticas de conservação ambiental que atuam a reboque da racionalidade econômica capitalista e geram conflitos ambientais que levaram tais grupos a se mobilizarem e se articularem politicamente em defesa de seus territórios.

Na mesorregião Sertão Paraibano, especificamente a Serra do Teixeira e o entorno do Parque Estadual do Pico do Jabre (PEPJ), localizado na, os resultados obtidos até o momento possibilitaram identificar que as políticas de conservação ambiental do Estado não priorizam a mesorregião do Sertão Paraibano. O Monumento Natural Vale dos

Dinossauros, com apenas 40 hectares e O Parque Estadual do Pico do Jabre (PEPJ) são as únicas iniciativas do estado paraibano no sertão.

O PEPJ foi criado pelo Decreto N.º 23.060 de 19/06/2002. Possui uma área de 851 hectares e está inserido no complexo da Serra dos Cariris, nos municípios de Maturéia/PB e Mãe d'água/PB. Ainda não foi realizado pelo Estado da Paraíba o processo de regularização fundiária. Apesar de compreender apenas 851 hectares a dinâmica de ocupação histórica da área revela tensões, por um lado relativas à situação fundiária e, por outro, concernentes às percepções locais diferenciadas sobre a funcionalidade socioambiental do Pico do Jabre.

Há um tensionamento latente sobre a expansão da conservação do Pico do Jabre para uma ampla faixa da Serra do Teixeira (Serra dos Cariris) por meio da criação de uma Unidade de Proteção Integral Federal. Tal tensionamento envolve lideranças sociais, proprietários rurais, organizações ambientalistas e gestores públicos. Há uma polarização entre os interesses do turismo ambiental e a percepção de riscos à propriedade fundiária, além de ausência de participação das populações locais no debate sobre a conservação do Pico do Jabre e da região da Serra do Teixeira (Cariris) em geral.

As unidades de conservação de uso restrito vêm ganhando espaço nas políticas públicas. Entretanto, esse modelo preservacionista tem desenvolvido intensa pressão sobre populações locais do interior e/ou do entorno aos parques, por não relevar formas efetivas de manejo sustentável, obrigando essas populações a se retirarem de suas propriedades restringindo o uso dos recursos naturais existentes nestas áreas. Esse fenômeno posiciona as unidades de conservação do tipo UPI como parte de um processo de invisibilidade e encurralamento das populações locais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, Fundação Heinrich Böll, (2004). p.13-35

ANAYA, F. De encurralados pelos parques à vazanteiros em movimento: processos de reivindicação territorial das comunidades de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. PPGS, Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.

ARAÚJO, E. C. Nas margens do Rio São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros de Pau de Léguas. Montes Claros: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, UNIMONTES, 2009.

COSTA, J. B. de A. Mineiros e Baianos: englobamento, exclusão e resistência. PPGAS, Universidade de Brasília. Tese de Doutorado. 2003.

DAYRELL, C. A. Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología e de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. Espanha: Universidad Internacional de Andalucía, 1998.

DELGADO, G. Capital financeiro e agricultura no Brasil 1965-1985. São Paulo: Editora Ícone/UNICAMP, 1985.

GUEDES, P. H. M. de Q. A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650 – 1730). PPGG. Universidade Federal da Paraíba. Dissertação de Mestrado. 2006.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. 2006.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. 2010.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Produção Agrícola Municipal. 2010a.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. 2011.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Pecuária Municipal. 2012.

OLIVEIRA, C. L. Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. UFMG, 2005.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos Ambientais: um novo campo de investigação (Introdução). In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.